

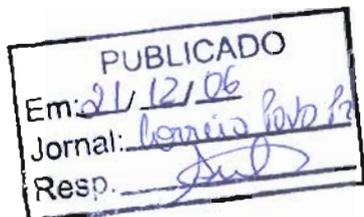


Prefeitura Municipal de Cantagalo

ESTADO DO PARANÁ



LEI Nº 593/05



SÚMULA: DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE DIÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Câmara Municipal de Cantagalo, Estado do Paraná, aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica autorizado o Chefe do Executivo Municipal, estabelecer valores para diárias a serem pagas a Assessores do executivo em geral e servidores públicos municipais, com o objetivo de custear despesas de hospedagem e alimentação em viagens a serviço e participação em cursos de aperfeiçoamento e reciclagem, voltados para o exercício de suas funções, a seguir denominada DIÁRIA:

- I** - Para o Prefeito e Vice-Prefeito, o valor da diária será de R\$ 300,00 (trezentos reais);
- II** - Para os Secretários e Assessores Municipais, o valor da diária será de R\$ 130,00 (cento e trinta reais);
- III** - Para os demais servidores, o valor da diária será de R\$ 100,00 (cem reais).
- IV** - Em viagens de curta duração, com retorno no mesmo dia, o valor da diária será de R\$ 50,00 (cinquenta reais).

Art. 2º - Nos casos de cancelamento de viagem, o servidor deverá restituir a importância, no prazo de 24 horas, sob pena de ser descontado o valor na folha de pagamento.

Art. 3º - Os gastos com transporte serão ressarcidos ao servidor, no retorno da viagem, mediante apresentação da nota fiscal de combustível, ou das respectivas passagens e recibos de táxi, no prazo máximo de 03(três) dias úteis.





Prefeitura Municipal de Cantagalo

ESTADO DO PARANÁ



Art. 4º - Nos casos de ressarcimento de despesas com o objetivo de treinamento de servidor, será estabelecido o regime de adiantamento art. 68 e 69 da Lei Federal nº 4.320/64, devendo o servidor apresentar os comprovantes de despesas, nos quais deverão constar o nome da Prefeitura Municipal, do servidor e data.

Parágrafo Único - Não serão ressarcidas despesas de viagens não previstas na presente Lei.

Art. 5º - A solicitação da diária deverá ocorrer com no mínimo 48 horas de antecedência, através de requisição preliminar, informando obrigatoriamente:

- a) nome do servidor que fará a viagem e seu cargo;
- b) local de destino da viagem;
- c) serviço a ser executado ou curso com posterior comprovação;
- d) período previsto para a viagem;
- e) valor diário e valor total a ser liberado, observando-se o art. 1º da presente Lei.

Art. 6º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua aprovação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Cantagalo,
Estado do Paraná, em 21 de dezembro de 2005.



ELIVAR CORRÊA

Prefeito Municipal





Câmara Municipal de Nova Laranjeiras ESTADO DO PARANÁ

EXTRATO DE RESCISÃO DO CONTRATO PROIBIDO... Valor total de R\$ 60.000,00 de juros e multa...

Emplacamento Legal Lei Federal nº 6669/03 e alterações posteriores... Presidente da Comissão Permanente de Licitação



Câmara Municipal de Nova Laranjeiras ESTADO DO PARANÁ

DECRETO Nº 175/2005 O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA LARANJEIRAS, Estado do Paraná...

Art. 1º - Fica decretado o Resgate Parlamentar no Legislativo Municipal de Nova Laranjeiras - PR, no período compreendido entre 15 de dezembro de 2005 à 15 de fevereiro de 2006.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação e terá efeito retroativo a partir do dia 15 de dezembro de 2005.

Saldado, Secret. Câmara Municipal de Nova Laranjeiras, 22 de dezembro de 2005. ANTONIO ALVES DA COSTA



Prefeitura Municipal de Cantagalo ESTADO DO PARANÁ

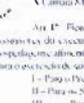
DECRETO Nº 158/2005 SÍNTESE - INSTITUI PERÍODO DE RESCISÃO DO SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL...

Art. 1º - Fica instituído o período de rescisão do serviço público municipal nos dias 21 de dezembro de 2005 a 01 de janeiro de 2006.

Art. 2º - Os funcionários de cada unidade administrativa da administração pública, bem como das entidades de administração indireta, deverão cumprir o período de rescisão...

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Art. 4º - Publique-se e registre-se. Saldado, do Prefeito Municipal de Cantagalo, 21 de Dezembro de 2005. ELVAR CURRÊA



Prefeitura Municipal de Cantagalo ESTADO DO PARANÁ

LEI Nº 89/2005 SÍNTESE - DISPONIBILIZA O CONTRATO DE LOCAÇÃO DE OBRAS PARA PROPOSTAS...

Art. 1º - Fica autorizada a Direção Executiva Municipal, estabelecer regras para permitir a serem pagas a licitantes da licitação em geral e os valores públicos municipais...

Art. 2º - Nos casos de falta de entrega de proposta, o servidor deverá assumir a responsabilidade, no processo de licitação, sob pena de ser descredenciado o valor da multa de pagamento.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Art. 4º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Art. 5º - A solicitação do edital deverá ocorrer com um mínimo de 48 horas de antecedência, através de comunicação preliminar, informando o seguinte:

a) nome do responsável que fará a entrega e seu cargo; b) local de entrega da proposta; c) endereço para entrega da proposta; d) prazo para entrega da proposta; e) valor da multa de pagamento.

Art. 6º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Art. 7º - Fica autorizada a Direção Executiva Municipal a aceitar, sob o regime de arrendamento, o uso de espaço público municipal...

Art. 8º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Art. 9º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.



Prefeitura Municipal de Cantagalo ESTADO DO PARANÁ

LEI Nº 92/2005 SÍNTESE - Autoriza o Executivo Municipal a aceitar, sob o regime de arrendamento, o uso de espaço público municipal...

Art. 1º - Fica autorizada a Direção Executiva Municipal a aceitar, sob o regime de arrendamento, o uso de espaço público municipal...

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Parágrafo Único - Os valores financeiros do FUNDEB/AN, verificados no final de cada exercício, serão automaticamente transferidos para o exercício seguinte.

CAPÍTULO III DAS POLÍTICAS DE PROTEÇÃO AMBIENTAL Art. 10º - São Políticas Municipais aquelas que visam à preservação do meio ambiente:

I - Proteção ambiental familiar rural; II - Apoio econômico ao produtor rural; III - Incentivo ao produtor rural; IV - Apoio às organizações de produtores; V - Anulação de renda da propriedade; VI - Regularização da propriedade rural; VII - Meio ambiente; VIII - Os programas e projetos das políticas municipais constantes no Anexo Único, parte integrante desta Lei.

Art. 11º - Os projetos que integram a política agrícola municipal serão revisados periodicamente visando atender os objetivos desta Lei.

CAPÍTULO IV DOS BENEFÍCIOS Art. 12º - Consideram-se habilitados para efeito de financiamento os produtores rurais, individualmente ou organizados em grupos ou associações, após explorarem a terra em condições de propriedade, posse, arrendatária, parceria ou assessoria que atendam os seguintes requisitos:

I - Disponham, individualmente ou em conjunto com seus dependentes, de um imóvel rural de propriedade própria, ou seja, em área não superior a 50 hectares, em unidade isolada ou confinada; II - Residam no estabelecimento ou em comunidades rurais; III - Tenham em exploração a unidade produtiva e sua principal atividade econômica e meio de subsistência;

IV - Não tenham sido beneficiários de outra proposta de financiamento familiar; V - Não tenham recebido outros benefícios rurais que porventura possam beneficiar a Previdência; VI - Compreender residência no Município de Cantagalo, no mínimo 12 meses; VII - Compreender vínculo de trabalho com a atividade para a qual pleiteia o benefício em pelo menos 2 (dois) meses anteriores;

VIII - O requerente for beneficiário regular em qualquer nível de ensino, dos filhos menores de 14 anos em idade escolar;

IX - Estiver cadastrado como produtor rural no Município;

X - Não possua em qualquer nível de escolaridade ou profissional que utilize seu vínculo empregatício a fim de receber qualquer benefício rural de natureza previdenciária ou de natureza agrícola;

XI - Não possua em qualquer nível de escolaridade ou profissional que utilize seu vínculo empregatício a fim de receber qualquer benefício rural de natureza previdenciária ou de natureza agrícola;

XII - Não possua em qualquer nível de escolaridade ou profissional que utilize seu vínculo empregatício a fim de receber qualquer benefício rural de natureza previdenciária ou de natureza agrícola;

XIII - Não possua em qualquer nível de escolaridade ou profissional que utilize seu vínculo empregatício a fim de receber qualquer benefício rural de natureza previdenciária ou de natureza agrícola;

XIV - Não possua em qualquer nível de escolaridade ou profissional que utilize seu vínculo empregatício a fim de receber qualquer benefício rural de natureza previdenciária ou de natureza agrícola;

XV - Não possua em qualquer nível de escolaridade ou profissional que utilize seu vínculo empregatício a fim de receber qualquer benefício rural de natureza previdenciária ou de natureza agrícola;

XVI - Não possua em qualquer nível de escolaridade ou profissional que utilize seu vínculo empregatício a fim de receber qualquer benefício rural de natureza previdenciária ou de natureza agrícola;

XVII - Não possua em qualquer nível de escolaridade ou profissional que utilize seu vínculo empregatício a fim de receber qualquer benefício rural de natureza previdenciária ou de natureza agrícola;

XVIII - Não possua em qualquer nível de escolaridade ou profissional que utilize seu vínculo empregatício a fim de receber qualquer benefício rural de natureza previdenciária ou de natureza agrícola;

XIX - Não possua em qualquer nível de escolaridade ou profissional que utilize seu vínculo empregatício a fim de receber qualquer benefício rural de natureza previdenciária ou de natureza agrícola;

XX - Não possua em qualquer nível de escolaridade ou profissional que utilize seu vínculo empregatício a fim de receber qualquer benefício rural de natureza previdenciária ou de natureza agrícola;

XXI - Não possua em qualquer nível de escolaridade ou profissional que utilize seu vínculo empregatício a fim de receber qualquer benefício rural de natureza previdenciária ou de natureza agrícola;

XXII - Não possua em qualquer nível de escolaridade ou profissional que utilize seu vínculo empregatício a fim de receber qualquer benefício rural de natureza previdenciária ou de natureza agrícola;

XXIII - Não possua em qualquer nível de escolaridade ou profissional que utilize seu vínculo empregatício a fim de receber qualquer benefício rural de natureza previdenciária ou de natureza agrícola;

XXIV - Não possua em qualquer nível de escolaridade ou profissional que utilize seu vínculo empregatício a fim de receber qualquer benefício rural de natureza previdenciária ou de natureza agrícola;

XXV - Não possua em qualquer nível de escolaridade ou profissional que utilize seu vínculo empregatício a fim de receber qualquer benefício rural de natureza previdenciária ou de natureza agrícola;

